

Acordo da OMC é alvo de severas críticas

De Brasília

O acordo de proteção à propriedade intelectual da Organização Mundial do Comércio (OMC) e suas regras para as patentes internacionais podem ameaçar direitos humanos se não trouxerem salvaguardas, indica o Informe sobre Desenvolvimento Humano, das Nações Unidas. Com fortes críticas à OMC, o documento defende uma adaptação da organização às regras internacionais de proteção aos direitos humanos e de defesa ambiental. As regras sacramentadas pela OMC ameaçam o acesso a medicamentos e os direitos de populações pobres sobre conhecimentos e recursos tradicionais, aponta a ONU.

O relatório condena, ainda, a reivindicação, feita por políticos dos países desenvolvidos e organizações não-governamentais, para que se incluam nos acordos da OMC cláusulas sociais, com punições para países que desrespeitam direitos trabalhistas.

O Informe defende a criação de "salvaguardas mais rígidas", para impedir que as regras de patentes da OMC prejudiquem a produção mais barata de medicamentos vitais, como os remédios contra a Aids, nos países em desenvolvimento. A Índia, com regras próprias para produção de remédios, produz por US\$ 55 dólares tabletes anti-Aids, que, na Malásia e países vizinhos custam quase US\$ 700 ou mais.

A redução da pobreza no mundo é dificultada pelas barreiras aos comércio dos países menos desenvolvidos, lamenta o estudo da ONU. Os técnicos calculam que, se removidas essas barreiras, poderiam ser geradas receitas de US 700 milhões anuais até 2.005.

Segundo o documento, a OMC, encarregada de remover essas barreiras, faz parte de um modelo "sumamente desigual", em que os países pobres não têm acesso a uma boa assessoria e a verbas para defender seus interesses. "Quatorze dos países mais pobres tem uma delegação de uma pessoa ou não têm ninguém em Genebra", comenta o texto. O documento contesta, porém, as reivindicações de políticos e instituições civis para submeter os países a "cláusulas sociais", que permitiriam sanções comerciais em caso de desrespeito aos direitos trabalhistas. (S.L.)